

Revista Mundo **Sindical**

EDIÇÃO 21 - JANEIRO 2020



Advogado Cesar Augusto de Mello analisa a polêmica MP 905, a nova reforma trabalhista e as propostas de mudança no sindicalismo

2020 HAVERÁ CONSENSO?

MP do Contrato Verde e Amarelo é “inconsequente e amplia precarização”; Congresso pode até devolver texto ao governo

No sindicalismo, “cesta de maldades inclui tridente apontado contra sindicatos a partir de 2004”

Frente a mudanças, “ou movimento sindical se une ainda mais e adere aos novos tempos, ou fica fora do jogo”

Págs. 4 a 7

Sindicatos no espelho

**METALÚRGICOS DO ABC
ENCARAM MUNDO DIGITAL**
Pág. 14

**MARCENEIROS VOLTAM
AO CHÃO DAS FÁBRICAS**
Pág. 17

**ELETRICITÁRIOS MANTÊM
ATIVISMO HISTÓRICO**
Pág. 18



Mundo Sindical

Sindicalismo levado a sério

NÃO DEIXE DE ACOMPANHAR EDITAIS EM SUA BASE



TEM DIFICULDADE EM ACOMPANHAR OS EDITAIS QUE SAEM EM JORNAIS E DIÁRIOS OFICIAIS ?

Nós temos a solução.

O Mundo Sindical tem o serviço de clipping de editais que monitora jornais de grande circulação (Folha de S.Paulo, O Estado de S. Paulo, Agora) e também os Diários Oficiais da União, São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná.

O principal benefício do nosso serviço é agilidade no processo da leitura e acompanhamento diário de Editais, já que em muitas Bancas de Jornais não encontramos todos os jornais de grande circulação do Estado de São Paulo.

Este trabalho permite que a Diretoria do Sindicato faça um acompanhamento e que outros departamentos como secretaria, tesouraria, jurídico, contábil e comunicação fiquem atentos às informações dos Editais.

NÃO PERCA ESSA OPORTUNIDADE

Aproveite agora mesmo para assinar o serviço de clipping de Editais. Envie o contrato preenchido para nós.

Para mais informações, entre em contato conosco.



11 5533 2001

editais@mundosindical.com.br

Editorial

Olá amigos,

Estamos em 2020. Os votos da revista **Mundo Sindical** a todos os nossos leitores são de saúde, paz e esperanças renovadas no crescimento de nosso querido Brasil. Que seja **crescimento** econômico e, acima de tudo, social, com **mais justiça**, redução do fosso assustador que separa ricos de pobres, com mais empregos, educação de qualidade, acesso a tratamentos de saúde, respeito ao meio ambiente.

Tudo isso ainda é um sonho verde e amarelo, mas nada de pessimismo. Em lugar do desânimo frente a um governo que insiste em políticas de crescimento calcadas em favorecimento às empresas, retirando direitos e benefícios dos trabalhadores e emparedando os sindicatos, vamos virar o ano com renovado **espírito de luta**. Que todos os sindicatos, todas as centrais, mesmo sem renunciar a suas bandeiras, se abracem em torno de demandas que possam motivar os trabalhadores a lutar por seus direitos, por mais justiça social e distribuição de renda.

Essa é **nossa mensagem de Ano Novo. É preciso lutar**, em cada instância, em cada chão de fábrica. Vivemos um 2019 muito difícil. Não vieram os empregos prometidos pela reforma trabalhista de 2017. Cerca de 12 milhões de brasileiros continuam desempregados, somando-se aos cerca de 38 milhões que estão na informalidade. Mesmo assim, por meio da Medida Provisória 905, editada em 11 de novembro e em tramitação no Congresso, o governo tenta impor nova reforma trabalhista, retirando mais direitos garantidos pela CLT. A investida veio disfarçada pelo **programa Verde e Amarelo**, um novo contrato de trabalho para jovens de 18 a 29 anos, que desonera a folha de pagamento das empresas em troca de promessa de geração de 1,8 milhão de postos de trabalho nessa faixa etária. Houve forte reação ao programa e à MP que, no

tudo ou em parte, pode ser devolvida ao governo. A **análise desse cenário** e das propostas de mudança para os sindicatos está em nossa entrevista exclusiva com o **advogado Cesar Augusto de Mello**. Com 30 anos de luta ao lado de trabalhadores e sindicatos, ele qualifica a MP 905 de "imposição inconsequente e prejudicial aos trabalhadores". E você pode conhecer **detalhes da MP**, seus pontos polêmicos e principais mudanças na legislação em reportagem a partir da **pág. 8**. Mas há muito mais nesta edição, começando com um **perfil de Sérgio Nobre, novo presidente da CUT**, e com o relato do caso da **PEC do deputado Paulo Eduardo Martins (PSC-PR), propondo extinguir a Justiça do Trabalho** e o Ministério Público do Trabalho. A pronta e dura reação da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) levou o parlamentar a suspender em 10 de outubro a coleta de assinaturas para a apresentação da proposta. Vale a pena lutar!

Como presente de Ano Novo, não perca nossas três reportagens agrupadas na seção "**Sindicatos no espelho**", com especiais sobre o **Sindicato dos Metalúrgicos do ABC**, presidido por Wagner Santana; sobre o **Sindicato dos Eletricários de São Paulo**, presidido por Eduardo de Vasconcelos Correia Annunciato; e sobre o **Sindicato dos Oficiais Marceneiros de São Paulo**, presidido por Arivonaldo Galdino de Almeida.

Por fim, temos o artigo "Sem apoio dos trabalhadores, nada feito", do consultor **João Guilherme Vargas Netto**; a resenha do filme "**Em Guerra**", sobre desafios de sindicatos, escrita pelo sociólogo e diretor técnico do Dieese, **Clemente Ganz Lúcio**; e nossa página do **Giro Sindical**.

Sandra Campos
Editora-Chefe

Feliz 2020

Expediente

A Revista Mundo Sindical é uma publicação do Instituto Nacional de Desenvolvimento e Valorização do Ser Humano

Os exemplares são distribuídos gratuitamente, não podendo ser vendidos sob nenhuma hipótese.

As reportagens e artigos não podem ser reproduzidos para nenhum fim sem a autorização prévia dos seus autores.

Editora Chefe - Sandra Campos

Redator Chefe - Daniel Wendell

Jornalista Responsável - Manoel Paulo - MTB 48.639-SP

Redação - Manoel Paulo

Foto de Capa - Carlos André

Fotos - Carlos André e Manoel Paulo

Imagens Ilustrativas - Shutterstock e Freepik

Editoração, Projeto Gráfico e Finalização - Carlos André Silva

Instituto Nacional de Desenvolvimento e Valorização do Ser Humano

Alameda dos Jurupis, 1005 - Moema - São Paulo - CEP 04088-033 - Telefone: +55 11 5533-2001

Índice

- 1 Nossa capa: **2020**
HAVERÁ CONSENSO?

Advogado Cesar Augusto de Mello analisa a natimorta MP 905, a nova reforma trabalhista e as propostas de mudança no sindicalismo



- 4 ENTREVISTA COM CESAR AUGUSTO DE MELLO

"MP 905 é imposição inconsequente e prejudicial aos trabalhadores"

Nova reforma vai trazer ainda mais precarização
Reforma sindical: PEC 196 é mais razoável e palatável
Mais unidos, sindicatos devem mudar comunicação
Ano eleitoral pode dificultar votação de mudanças
É preciso mudar, buscar plena liberdade sindical
Entenda o tridente apontado para os sindicatos
De forma madura, devemos construir o consenso

- 8 **MP 905 - Contrato de trabalho Verde e Amarelo**

Medida mistura emprego com nova reforma trabalhista e provoca duras reações;
Senado pode devolver texto ao governo

- 11 **Artigo: João Guilherme Vargas Netto**
Sem apoio dos trabalhadores, nada feito

- 12 Dura reação de juízes segura PEC de extinção da Justiça do Trabalho

- 13 **Sérgio Nobre** leva para a CUT o espírito de luta dos metalúrgicos do ABC

- 14 **Sindicato dos Metalúrgicos do ABC**
Avanço da digitalização carrega desafio de abrir novos caminhos
"Temos que discutir um mundo em que não haverá trabalho"



- 17 **Sindicato dos Oficiais Marceneiros de SP**
Conquistas renascem no chão das fábricas



- 18 **Sindicato dos Eletricários de São Paulo**
74 anos de lutas e conquistas



- 22 **Resenha: Clemente Ganz Lúcio**
"Em Guerra" retrata desafios de sindicatos

- 23 **Giro Sindical**

"MP 905 É IMPOSIÇÃO INCONSEQUENTE E PREJUDICIAL AOS TRABALHADORES"

Medida provoca duras críticas e deve ser rejeitada pelo Congresso

Especializado em advocacia trabalhista e sindical, há 30 anos abraçado às causas de trabalhadores e sindicatos, o **advogado Cesar Augusto de Mello** conhece profundamente o labirinto da legislação que envolve o mundo do trabalho. Nesta entrevista exclusiva à **Mundo Sindical**, ele comenta a **MP 905**, que está causando intensa polêmica e **pode até ser devolvida ao governo, em parte ou no todo, pelo presidente do Senado, Davi**

Alcolumbre. Junto com o contrato de trabalho verde e amarelo, com promessa de mais empregos para jovens, a MP cria nova reforma trabalhista e amplia a precarização. Mello também analisa as propostas de reforma sindical e revela quais são as três pontas do tridente colocado sobre o sindicalismo. Para ele, as lideranças sindicais precisam modernizar a comunicação com os trabalhadores, aceitar mudanças e construir consenso. Confira.

NOVA REFORMA VAI TRAZER AINDA MAIS PRECARIZAÇÃO

Mundo Sindical - Terminamos um ano muito difícil para o mundo do trabalho. Como vê a MP 905, que cria o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo?

Cesar Augusto de Mello – Primeiro, há que se rediscutir seriamente a possibilidade de utilização das MPs por parte do Poder Executivo. A impressão que nos dá é que tem sido desvirtuada sua finalidade. Muitas delas não comprovam a necessária urgência e retomam a discussão de temas já rejeitados pelo Congresso. Cresce a insegurança jurídica e parece alcançar níveis absurdos. Rotineiramente se altera o ordenamento jurídico em temas sensíveis para a classe trabalhadora. A fúria legiferante é tão grande que se torna tarefa hercúlea a

interpretação das normas, pois essas são modificadas quase que rotineiramente. A MP 905/2019 propõe uma nova reforma trabalhista. Não é do tamanho da reforma já levada a efeito pela Lei nº 13.467/2017, mas volta a reduzir direitos dos trabalhadores. Por exemplo, a correção monetária e juros dos créditos trabalhistas caíram pela metade. Serão corrigidos pelos índices da poupança, ficando infinitamente abaixo daqueles praticados pelos bancos. Cria multa que pode chegar a R\$ 100.000,00 para o trabalhador que não votar e não justificar ausência em eleição sindical. Cria contribuição previdenciária para quem usufruir do seguro-desemprego, aumenta a jornada dos bancários, restabelece o

trabalho aos domingos e feriados e retira os sindicatos das negociações de PLR, entre outros disparates. Esses pontos e até a MP como um todo podem ser devolvidos ao governo antes mesmo de passar pelo crivo do Congresso. A MP é tão prejudicial aos trabalhadores e precarizante de direitos que recebeu 1.930 emendas do Congresso Nacional. Precisa falar mais o quê? Na consulta pública feita pelo Congresso via site, 1.940 cidadãos dizem sim e 53.539 dizem não à MP. Ou seja, na amostragem, 96,51% dos que se manifestaram a desaprovam (24/11/2019 às 18h37). A MP 905 é uma imposição inconsequente que só avolumará o contingente precarizado (leia mais sobre essa MP na pág. 8).



REFORMA SINDICAL: PEC 196 É MAIS RAZOÁVEL E PALATÁVEL

MS – O que se pode esperar das propostas de reforma sindical?

Mello – Hoje, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, temos as Propostas de Emenda Constitucional 71/1995, 29/2003 e 314/2004, e apensadas a essas mais quatro PECs. A mais recente e não apensada a qualquer outra é a PEC 196/2019 que, na minha opinião, é a mais razoável para uma proposta de mudança que é cultural. O texto parece ser o mais palatável e contempla os interesses de todos os envolvidos, retirando de uma vez por todas a interferência do Estado na organização sindical, criando

um Conselho de autorregulação, uma forma de custeio mais justa, um período de transição e a pluralidade que me parece ser irreversível. Mas é preciso colocar em votação e fazer tramitar, porque no estágio em que estamos o movimento sindical atuante, de lutas e conquistas, tem vida curta. Temos uma estrutura sindical montada há mais de sessenta anos e modificar isso da noite para o dia não é tarefa simples. Já o Projeto de Lei 5.552/19 representa o pensamento de uma respeitável parcela do movimento sindical, entretanto é mais do mesmo, e estamos vivendo tempos de mudanças e desafios.

Esse modelo sindical não se sustenta mais porque é um sistema cansado, sem fôlego para acompanhar as mudanças impostas ao mundo do trabalho com as inovações tecnológicas que nos atingem rotineiramente e irreversivelmente. A unicidade sindical inexistente no restante do mundo. Aqui até que resistiu muito. Importante observar que um PL poderia ser vetado pelo Presidente, já uma PEC, não. *(Há a expectativa de que o governo divulgue sua própria PEC para os sindicatos, mas nada havia sido anunciado até o fechamento desta edição, em 6/12. Somente deve sair em 2020).*

MAIS UNIDOS, SINDICATOS DEVEM MUDAR COMUNICAÇÃO

MS – O sindicalismo brasileiro está numa encruzilhada - ou se une, ancorado nos trabalhadores, desatrelado do governo, ou corre o risco de, mais uma vez, ficar contra a parede... É preciso conscientização?

Mello – O recente ataque concentrado do governo contra as entidades sindicais e os direitos trabalhistas acabou unindo o movimento sindical brasileiro como nunca, mas não foi o suficiente porque a representatividade não é das melhores e os trabalhadores brasileiros não têm consciência da

importância do papel sindical nas relações de trabalho. A contribuição sindical obrigatória de certa forma levou à acomodação de muitos dirigentes, que abandonaram o “chão de fábrica” por mais tempo do que deviam. Agora, precisaram mobilizar os trabalhadores e muitos não conseguiram. É importante destacar que as lideranças sindicais não foram omissas, realizaram debates, denunciaram as mazelas, organizaram manifestações, tentaram mostrar à classe trabalhadora as consequências das reformas,

mas... Quanto à conscientização, é preciso repensar a maneira de chegar ao trabalhador, novos meios de comunicação devem ser utilizados. O sindicato deverá continuar tendo sua sede, mas vai ter que estar também dentro do celular do trabalhador e a partir daí iniciar um novo modelo de comunicação voltada para conscientização acerca dos temas de interesse da classe - usar Facebook, aplicativos próprios desenvolvidos, Youtube etc; ou o movimento sindical adere aos novos tempos ou fica fora do jogo.

ANO ELEITORAL PODE DIFICULTAR VOTAÇÃO DE MUDANÇAS

MS – O Sr. arriscaria um palpite sobre o que vai acontecer no Congresso em 2020 em relação à MP 905 e às propostas de reforma sindical?

Mello – O Congresso Nacional tem e terá pela frente muitos problemas – reformas – para tratar e muitos temas indigestos politicamente. Lembrando que 2020 é ano eleitoral, então fica a pergunta: votarão matérias impopulares como a MP 905? Haverá consenso? As redes sociais têm divulgado fartamente notícias sobre o texto da MP 905/2019 e as nefastas consequências para os trabalhadores. Dependendo da repercussão popular, ela pode

até “caducar” ou ser devolvida ao governo, no todo ou em parte; e se for à votação sofrerá, certamente, modificações, pois as centenas de emendas apresentadas sinalizam para isso.

Dentre os vários temas em pauta no Congresso a partir de 2020, a reforma sindical é mais um deles, mas não de menor importância. Vejo um certo consenso em vários pontos da PEC Sindical e isso facilita a tramitação e



votação. Mas é preciso aprofundar o debate, pois os reflexos da estrutura sindical de um país, do poder negocial das entidades e do custeio sindical se verificam nas relações de trabalho e na economia como um todo.

É PRECISO MUDAR, BUSCAR PLENA LIBERDADE SINDICAL

MS – *Com base em sua longa experiência no setor, diria que há possibilidade de consenso? Onde sindicatos deveriam ceder, onde o governo deveria ceder?*

Mello – O consenso sempre é o melhor caminho, mas nem sempre ele é possível por intransigência de uma das partes. Não acredito que seja uma questão

de ceder, mas de ajuste. A proposta é de uma mudança que eu entendo ser cultural, pois o sistema de organização atual está enraizado nas lideranças sindicais desde 1943, e, portanto, é altamente complexa. Na atual plataforma legal e jurisprudencial, as entidades sindicais têm vida curta. Então, é preciso mu-

dar, buscar a plena liberdade sindical com responsabilidade, dando um fôlego para as entidades pré-constituídas se adaptarem, estipular uma forma de custeio solidária e justa, uma negociação forte e representativa e um mecanismo de autorregulação sindical. Não vejo outro caminho.

ENTENDA O TRIDENTE APONTADO PARA OS SINDICATOS

MS – *Por que o Sr. afirma que com a atual plataforma jurídica e jurisprudencial os sindicatos estão com os dias contados?*

Mello – É simples. A cesta de

maldades contra o movimento sindical tem um tridente pronto e ele foi construído a partir de 2004. Vou explicar: hoje temos a função negocial ilusoriamente

ampliada pelo art. 611-A, da CLT, mas, em contrapartida, alterações legislativas e jurisprudenciais enterraram o poder negocial das entidades.

Primeira ponta

A (1ª) primeira ponta do garfo da agonia sindical foi a Emenda Constitucional 45/2004, que alterou o § 2º do art. 114 da Constituição Federal, exigindo a **necessidade de comum acordo para que os sindicatos possam suscitar dissídio**. Antes de 2004, os sindicatos escolhiam livremente o momento de ir aos Tribunais. Hoje, precisam da autorização exatamente daquele que não quis negociar. E mais: em 2016, o STF revogou a Súmula 277, que tratava da ultratividade. Agora, o empregador não negocia, não concede a autorização para o dissídio e a norma coletiva deixa de gerar efeitos no seu termo final. Então, negociar, em boa parte dos casos, passou a ser sinônimo de ceder.

Segunda ponta

A segunda (2ª) ponta do tridente foi a Reforma Trabalhista, que tornou a **contribuição sindical facultativa**, e o Precedente Normativo nº 119 do Tribunal Superior do Trabalho, juntamente com a Súmula Vinculante nº 40 do Supremo Tribunal Federal, determinando que os sindicatos somente podem instituir contribuição para associados. E mais: somente podem cobrar de associados, mas as entidades sindicais devem negociar para toda a categoria (Constituição Federal, art. 8º, III). Há um evidente desincentivo à sindicalização e desaparecimento dos sindicatos.

Terceira ponta

Por último, a mais afiada das pontas, a terceira (3ª), que foi a aprovação da Lei nº 13.429/2019. Possibilitou a **terceirização de quaisquer das atividades dos empregadores**. Terceirizado, um trabalhador na atividade principal do empregador sofrerá um desenquadramento sindical, pois o enquadramento sindical do trabalhador se dá pela atividade de seu empregador. O terceirizado é empregado de uma empresa de prestação de serviços, mesmo, por exemplo, estando o terceirizado trabalhando nas dependências de uma empresa metalúrgica e executando uma atividade tipicamente metalúrgica. É a perda de conquistas históricas de várias categorias. Nenhuma entidade irá resistir a isso se não houver mudanças no sistema, ou melhor, resistirão até gastarem seu patrimônio. É duro, mas é real.



DE FORMA MADURA, DEVEMOS CONSTRUIR O CONSENSO

MS – *O que diria aos dirigentes sindicais em busca de saídas para sobreviver neste início de 2020 e com esse tridente sobre suas cabeças?*

Mello – Sem reformas e com a atual conjuntura, acho impossível uma saída, conforme expliquei em outra resposta. Então, a saída seria, primeiro, aceitar que é preciso realizar mudanças e, a partir daí, construir uma proposta minimamente consensuada. O atual contexto leva ao desmonte de toda uma estrutura, nela incluídas as entidades sindicais patronais. É lógico que não se trata do fim das entidades sindicais, mas de que vale uma entidade sindical sem poder negocial, sem arrecadação mínima e sendo dizimada pelo desenquadramento proporcio-



nado pela terceirização? Então, é preciso reagir de forma madura, pois temos magníficos quadros de dirigentes sindicais de várias matizes com um conhecimento acumulado que

se vê em pouquíssimos países. É hora de aplicar esse conhecimento na construção de um novo modelo. Lembremos Nietzsche: “O que não me mata, me fortalece”.

30 anos ao lado de sindicatos e trabalhadores



Cesar Augusto de Mello é especialista em advocacia trabalhista e sindical, pós-graduado em Processo do Trabalho. Atua nessa área há 30 anos, prestando assessoria jurídica a várias entidades sindicais profissionais em todos os graus e também à Força Sindical. De 2013 a 2018, foi presidente da Comissão Especial de Direito Sindical da Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo (OAB/SP). É autor de “Eleições Sindicais Passo a Passo”, “Compêndio de Introdução ao Direito do Trabalho” e “Direito do Trabalho”.

CENTRAIS E PARLAMENTARES PEDEM DEVOLUÇÃO DA MP

Presidentes das principais centrais sindicais do país - CUT, CSB, CTB, Força Sindical, Nova Central e UGT - entregaram, em 26/11, ofício ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM/AP), pedindo que a Casa devolva ao governo a MP 905/2019, que cria o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo. Os dirigentes sindicais enfatizam no texto do ofício o excesso de MPs editadas pelo governo (já são 36 neste ano), apesar de a Constituição brasileira ser clara ao dizer que uma MP somente pode ser editada em caso de relevância

e urgência da matéria tratada. Não é o caso desse programa, criado com o discurso de gerar emprego para jovens, mas que traz embutida uma nova reforma trabalhista. Na mesma linha se pronunciaram, entre outros, os senadores Paulo Paim (PT/RS), Paulo Rocha (PT/PA) e Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB). Paim criticou especialmente a redução da multa do FGTS paga pelo patrão ao empregado demitido sem justa causa (de 40% para 20%) e a incidência de contribuição previdenciária sobre o seguro-desemprego. ■



MP 905 - Contrato de trabalho Verde e Amarelo

MEDIDA MISTURA EMPREGO COM NOVA REFORMA TRABALHISTA E PROVOCA DURAS REAÇÕES; SENADO PODE DEVOLVER TEXTO AO GOVERNO

O governo Bolsonaro considerou insuficiente a retirada de direitos dos trabalhadores embutida na reforma trabalhista de 2017 e as mudanças feitas por meio da Lei de Liberdade Econômica e de outras iniciativas, como o decreto que regulamentou o trabalho temporário. Em ação novamente comandada pelo secretário de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, utilizou-se do programa “Emprego Verde e Amarelo”, para jovens de 18 a 29 anos, para propor nova reforma trabalhista. As mudanças gestadas no Ministério da Economia, sem negociações abertas com trabalhadores, sindicatos, Ministério Público do Trabalho, OAB, Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho) e outras entidades estão na Medida Provisória 905/2019, anunciada em 11/11, e em projetos de lei encaminhados ao Congresso. Há mudanças consideradas inconstitucionais. Três Adins contra a MP já chegaram ao STF, ajuizadas pelo Solidariedade, PDT e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio. No fechamento desta edição, em 6/12, o presidente do Senado,

Davi Alcolumbre, ainda estudava a possibilidade de devolução de partes ou de toda a MP, como foi pedido por centrais, parlamentares e pela consultoria legislativa da Casa. Panfletagens, atos e caminhadas contra a MP estavam programadas pelas centrais sindicais para a semana de 9 a 16 de dezembro.

O Congresso terá, a partir de 11/11, prazo de 120 dias (60, prorrogáveis por mais 60) para votá-la, caso não seja devolvida na íntegra. A MP recebeu 1.930 emendas na Comissão Mista e poderá caducar se não for votada e aprovada a tempo.

O contrato de trabalho Verde e Amarelo incentiva a contratação em primeiro emprego de jovens entre 18 e 29 anos, com remuneração de até 1,5 salário mínimo (R\$ 1.497). O plano prevê a geração de 1,8 milhão de postos de trabalho nessa faixa etária, uma das mais castigadas pela crise econômica dos últimos anos, e tem data para acabar. O prazo para as empresas contratarem nessa modalidade, com limite de 20% dos funcionários, é 31/12/2022. Como os contratos podem ter prazo de dois anos,

o programa se extingue em 31/12/2024.

Mas, o programa já é alvo de duros questionamentos, juntamente com a proposta, considerada inconstitucional, de liberar o trabalho aos domingos e feriados. Para viabilizar o contrato Verde e Amarelo, a saída encontrada pelo governo para compensar a desoneração de até 34% nos impostos, pagos pelas empresas sobre a folha de pagamento, foi a criação de taxa de 7,5% para o INSS sobre o seguro-desemprego recebido por trabalhadores demitidos e sobre o seguro-desemprego pago a pescadores. Argumenta-se que, com essa taxa, o período de desemprego e do defeso será contado no cálculo de aposentadoria, mas o fato é que ela veio agora para financiar o programa. Com a desoneração, o governo estima perda de receita de R\$ 10 bilhões. Com a taxa, espera atingir até R\$ 12 bilhões. Mas essa taxa, pela MP, não tem data para cessar. O seguro-desemprego, pago em três a cinco parcelas, tem hoje piso de R\$ 998 e teto equivalente a R\$ 1.735,29. Com a contribuição de 7,5% ao INSS, o desconto míni-

mo será de R\$ 74,85 e o máximo chegará a R\$ 130,15.

As empresas que aderirem ao programa ficam isentas da contribuição previdenciária patronal, hoje de 20%, e das contribuições para o Sistema S, Inca e salário-educação. Dentro do programa, o repasse das empresas ao FGTS cai de 8% para 2% e, mediante acordo prévio, a multa sobre o saldo do FGTS em caso de demissão por justa causa recua de 40% para 20%. O governo promete monitorar o nº de empregados para evitar que funcionários antigos sejam substituídos por contratados pelo novo modelo.

Com o Contrato Verde e Amarelo e outras mudanças na legislação embutidas na MP 905, o governo estima gerar 4 milhões de vagas formais. Estimativas otimistas de emprego também acompanharam a reforma trabalhista de 2017. Não se concretizaram. O

desemprego entre jovens de 18 a 24 está na casa dos 25%. No país, o índice de desemprego fechou o 3º trimestre em 11,8% (12,51 milhões de desempregados). A informalidade atinge 41,4% dos trabalhadores – 38,8 milhões. Especialistas afirmam que o que gera empregos é crescimento, mais investimentos, não retirada de direitos.

Para o secretário especial adjunto de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, o Contrato Verde e Amarelo representa “bom ajuste trabalhista”, com o intuito de desburocratizar e desregulamentar para melhorar o ambiente de negócios (*O Estado de S.Paulo*, 13/11). Para João Carlos Gonçalves, o Juruna, secretário-geral da Força Sindical, tanto as três Propostas de Emenda Constitucional (PECs) apresentadas ao Senado no início de novembro, para conter e melhorar a gestão dos gastos públicos,

como a MP 905 formam um “pacote de maldades que prejudica a classe trabalhadora e os mais pobres.”

Há alertas de especialistas de que o Contrato Verde e Amarelo pode ser inconstitucional por discriminar uma pessoa por idade na hora da contratação, o que é vetado pelo artigo 7º da Constituição. Também seria necessária Lei Complementar, aprovada por maioria do Congresso, e não apenas uma MP, para reduzir de 40% para 20% a multa do FGTS em caso de demissão por justa causa. E mais: a introdução do trabalho aos domingos e feriados já foi rejeitada pelo Senado na tramitação da Lei de Liberdade Econômica. Não poderia voltar em outra PEC na mesma Legislatura. Para a Anamatra, “o governo parece confundir o custo fiscal das empresas com agressão aos direitos básicos dos trabalhadores”.

PRINCIPAIS MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

Trabalho aos domingos e feriados



A MP 905 permite que todos os trabalhadores sejam convocados a trabalhar aos domingos e feriados, alterando a legislação que vetava a convocação em 70 categorias. A convocação, porém, pode ser rejeitada por convenções ou acordos coletivos. Será garantida folga dominical a cada quatro semanas no comércio e serviços e a cada sete na indústria (medida pode ser devolvida ao governo. Já foi rejeitada pelo Senado na tramitação da Lei de Liberdade Econômica aprovada em 21/8).

Abertura de agências bancárias aos sábados



A CLT estipula expediente bancário de seis horas diárias, de segunda a sexta - 30 horas semanais. A MP 905 mantém o limite de seis horas apenas para os caixas e admite o expediente bancário aos sábados por meio de acordos individuais, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho (medida também foi rejeitada na Lei de Liberdade Econômica).

Reajuste de débitos trabalhistas



Alegando queda da taxa básica de juros, hoje em 5% ao ano, os débitos continuam a ser reajustados pelo IPCA-E (Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial), mas com juros da poupança (6% ao ano). Antes da MP, os juros eram de 12% ao ano. A medida beneficia de modo especial estados, municípios e empresas estatais com passivos trabalhistas. Em 2018, foram pagos R\$ 30,2 bilhões em ações trabalhistas. De acordo com o governo, há ainda um estoque de R\$ 120,8 bilhões na Justiça do Trabalho.

Novas normas de fiscalização



A MP determina que na 1ª fiscalização, em caso de infrações leves, a ação seja apenas “pedagógica”. A multa somente será aplicada se houver infração grave ou se problemas não forem sanados. Isso demandará “duplas visitas” dos auditores do trabalho. Cai o artigo da CLT que permitia delegar a outros órgãos federais, estaduais ou municipais atribuições de fiscalização ou orientação às empresas em casos de saúde e segurança do trabalho. Os recursos para fiscalizações trabalhistas no Orçamento de 2020 estão reduzidos em 63% em relação ao orçamento de 2019 — de R\$ 70,4 mi para 26 mi.

Penalidades por infrações trabalhistas e teto de multas em TACs com Ministério Público



Aumentam os valores das multas administrativas aplicadas por auditores do Trabalho, de acordo com o porte da empresa, gravidade das infrações e número de funcionários prejudicados. Podem variar de R\$ 1.000 a R\$ 100.000, com teto de R\$ 10.000 para cada trabalhador prejudicado. Os valores terão reajuste anual pela inflação. O escalonamento trouxe uma novidade e vai se aplicar também aos Termos de Ajustamento e Conduta (TACs) com as empresas, impondo restrições à atuação do Ministério Público do Trabalho. Os TACs têm validade de dois anos, prorrogáveis por mais dois, com multa máxima de R\$ 100.000 se houver descumprimento do acordo. Antes da MP 905, as multas podiam chegar a milhões de reais e não havia prazo de validade. A multa somente poderá superar os R\$ 100.000 se houver violação do TAC por mais de três vezes. “Ao pretender legislar sobre prerrogativas do Ministério Público e sobre normas de direito processual, a MP 905/2019 já nasce formalmente inconstitucional, conforme vedação trazida no artigo 62, I, b e c, da Constituição Federal”, diz nota da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT).

Eleições sindicais



A MP cria multa de até R\$ 100.000 para associado que não votar em eleições sindicais. Apontado o “absurdo” pelo advogado Cesar Augusto de Mello, o governo recuou e disse que essa multa terá teto de R\$ 1.000. Continua “inadequada”, diz o advogado.

Multa adicional de 10% do FGTS



Extinção da taxa adicional de 10% sobre o saldo do FGTS que as empresas recolhiam para o governo no caso de demissões por justa causa, além dos 40% para o trabalhador (20% no Contrato Verde e Amarelo). O adicional foi criado no governo Fernando Henrique Cardoso para bancar o rombo deixado pelos planos econômicos Verão (1989) e Collor I (1990).

Recursos



Será criado conselho tripartite do Ministério da Economia, composto por representantes dos trabalhadores, empregadores e dos auditores fiscais do trabalho para julgar recursos contra multas em segunda e última instância administrativa.

Homologações de acordos trabalhistas



A MP permite acerto extrajudicial, entre patrões e empregados, sem intermediação do sindicato. Pode ser individual ou coletivo e apresentado a um juiz do Trabalho para homologação.

Registro profissional



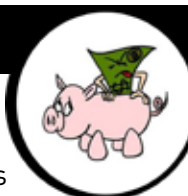
MP extingue o registro em oito profissões: jornalistas, radialistas, publicitários, atuários, sociólogos, secretários, arquivistas e técnicos de arquivio.

Participação nos Lucros e Resultados



A MP traz uma série de mudanças para o pagamento da PLR. A principal: o valor pode ser definido por acordo entre a empresa e uma comissão de empregados, sem a participação de representante sindical. Também permite acordos individuais com funcionário que tenha formação superior e ganhe o dobro do teto da Previdência Social. A MP permite ainda que a empresa acerte individualmente ou com um grupo de empregados como será a política de prêmios.

Gorjetas recebidas pelos trabalhadores



Serão contabilizadas como remuneração do funcionário e não podem mais ter percentuais retidos pelo empregador.

Acidentes



A MP reduz o valor do adicional de periculosidade (de 30% para 5%). Basta para isso que a empresa contrate para o trabalhador um seguro de acidentes pessoais com cobertura por morte acidental e danos corporais, estéticos e morais. Também retira das empresas a obrigatoriedade de garantir estabilidade de um ano a quem se acidenta no trajeto de ida e volta do trabalho. E de recolher o FGTS no período de afastamento.

Funcionamento da empresa



A MP retira da CLT o artigo que proibia empresas de iniciar suas atividades sem prévia inspeção e aprovação pelas autoridades.

SEM APOIO DOS TRABALHADORES, NADA FEITO

João Guilherme Vargas Netto

Quando um grupo é atacado por um adversário poderoso que agride seus interesses, sua coesão e sua experiência há nas respostas possíveis uma gradação que vai desde a aceitação, passa pela contenção de danos e pela resistência e chega à contestação, tudo junto e misturado.

Neste embate, as direções do grupo, para se preservar, procuram fazer uma criteriosa análise da correlação de forças, principalmente da disposição do grupo em enfrentar a agressão.

De todo modo, a grande virtude das direções deve ser a de saber orientar o grupo em defesa de seus interesses, de sua coesão e de sua experiência e colocá-lo no melhor caminho para obter aquilo que se compreende como o possível, o desejado e o alcançável.

Frente às agressões do bolsonarismo, em que grau se situa a reação dos trabalhadores e em que medida as ações propostas pelas direções sindicais são as mais eficazes? As respostas a esses dois questionamentos são necessárias para que se estabeleça uma tática coerente da ação dos trabalhadores e das direções sindicais. Não deve haver a tentação dupla da capitulação e da aventura, ambas prejudiciais aos trabalhadores e ao movimento, uma de imediato e a outra no transcorrer do tempo.

Sem o apoio da massa de trabalhadores formais e sem a busca de relações com a massa de trabalhadores desempregados ou com empregos precários, as decisões dos dirigentes passam a ser meras intenções vazias que contribuem ainda mais para o divórcio entre elas e os apoiadores.

Rejeitada a aceitação pura e simples, o caminho da contenção de danos, da resistência e da contestação deve ser trilhado passo a passo com a base e as manobras de cúpula (que são necessárias) têm sua validação e sua aceitação não no ambiente em que prosperam, mas na vida dura dos que não participam delas.

Qualquer ganho nesse processo, por pequeno que seja, deve ser valorizado como elemento essencial na acumulação de forças necessárias para a vitória, que deve ser dos trabalhadores e trabalhadoras.



João Guilherme Vargas Netto é consultor sindical de diversas entidades de trabalhadores em São Paulo

Saco de maldades

Uma coisa é certa: o ministro da Economia, Paulo Guedes, e Cia querem fazer no Brasil o que o FMI fez na Grécia em 2010 (veja a descrição disto no livro de Paulo Nogueira Batista Jr. – “O Brasil não cabe no quintal de ninguém”, da editora LeYa Brasil, especialmente na página 203).

Frente a essa sucessão de medidas e propostas agressivas é até compreensível um grau de atordoamento, como o de um boxeador encurralado no canto do ringue. O desmonte iniciado em 2017 é o mais duro da história do sindicalismo e do trabalhismo. Mas, nunca como agora nos últimos episódios, com o pacote de Guedes e a Medida Provisória 905.

A pressão é tanta que mal se começa a avaliar o alcance de uma medida, outra se sucede e novos aspectos deletérios são descobertos em cada uma delas. E o que é pior, a confusão aduba o caminho de mais medidas nefastas. A MP 905 é um saco de maldades.

Mas é preciso resistir e o caminho para isso, uma vez identificada a agressão da hora, passa por compreender seu alcance, coesionar os trabalhadores, unificar as ações dos dirigentes e descobrir – em cada situação – o ponto fraco do governo e o ponto forte da resistência, com os aliados possíveis em cada embate. O movimento sindical não pode ficar sozinho e seus dirigentes, menos ainda, afastados da massa que representam. Sem o apoio dos trabalhadores, nada feito. ■



DURA REAÇÃO DE JUÍZES SEGURA PEC DE EXTINÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

A pesar da dura reação da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), ainda circula pelos corredores da Câmara dos Deputados a ideia de levar adiante uma **Proposta de Emenda Constitucional** (PEC) para extinguir a Justiça do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho. O autor da proposta é o deputado Paulo Eduardo Martins (PSC-PR). A coleta das assinaturas necessárias à apresentação da PEC só foi suspensa por ele em 10 de outubro, um dia depois de a Anamatra divulgar nota pública de repúdio à iniciativa e de o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro João Otávio de Noronha, afirmar que a Justiça do Trabalho

é “imprescindível”.

O próprio Paulo Martins admitiu, diante do alerta de diversos deputados, que se trata de assunto delicado que precisa ser mais debatido e amadurecido. Espera-se que a proposta seja esquecida em um momento em que o Congresso tem suas atenções voltadas ao debate do pacote econômico lançado pelo governo em 5 de novembro – o Plano Mais Brasil, que inclui três Propostas de Emenda à Constituição para ajustar as contas públicas. O fim da Justiça do Trabalho seria mais um duro golpe contra os trabalhadores e criaria uma espécie de “terra sem lei” nas relações entre capital e trabalho, mesmo que ações trabalhistas passassem à Justiça Federal.



Paulo Eduardo Martins (PSC-PR)

Confira a seguir resumo da nota pública divulgada pela Anamatra em 9/10 e assinada por sua presidente, Noemia Aparecida Garcia Porto. A entidade reúne cerca de 4 mil juízes do Trabalho de todo o Brasil.

PROPOSTA É INCONSTITUCIONAL, AFRONTA CIDADANIA E DIREITOS SOCIAIS

1 – A proposta é flagrantemente inconstitucional, pois qualquer iniciativa que pretenda alterar a organização e a divisão judiciárias seria de competência privativa e originária do Poder Judiciário (CF, art. 96, II, d).

2 – A existência da Justiça do Trabalho foi concebida pela Constituição da República para conferir efetividade aos direitos e garantias sociais fundamentais, compondo o modelo republicano de acesso à plena cidadania.

3 – A ideia de extinção, na verdade, revela a intenção de alguns parlamentares de desestabilizar o sistema de Justiça, indo de encontro à realidade social e econômica do Brasil... A PEC representa ato de hostilidade à cidadania.

4 – A proposta também carece de impossibilidade de ordem física, tendo em vista a capilarização da Justiça do Trabalho. A absorção de suas competências contribuiria para um cenário de caos institucional...

5 – A litigiosidade trabalhista é uma realidade não pela existência da Justiça do Trabalho, mas sim pelo desrespeito à legislação brasileira. Nesse ponto, também peca a proposta de alteração legislativa, que imputa à Justiça do Trabalho a pecha de interferir nas relações laborais e econômicas, o que encorajaria a judicialização e a litigiosidade.

6 – Também não é verdade que a Justiça do Trabalho é morosa, conforme falsamente denuncia a justificativa da proposta. No 1º grau, segundo dados re-



Noemia Aparecida Garcia Porto, presidente da Anamatra

centes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o julgamento dos processos é realizado em apenas nove meses, enquanto no juízo comum esse prazo é de, em média, 1 ano e 10 meses, nas varas federais.

7 – A proposta, contra a Justiça mais eficiente do país, segundo os dados do CNJ, é um descompromisso com patamares civilizatórios e tenta negar a história que vem sendo construída pelos brasileiros, desde a Constituição de 1934, de levar a sério os direitos sociais...

8 – A Anamatra repudia a tese de extinção da Justiça do Trabalho e seguirá defendendo a sua plena autonomia. Nenhuma nação evoluirá com ataques infundados e com propostas que atinjam as instituições republicanas, a cidadania e os direitos sociais. ■

SÉRGIO NOBRE LEVA PARA A CUT O ESPÍRITO DE LUTA DOS METALÚRGICOS DO ABC

Aos 54 anos (nasceu em São Paulo, em 10/03/1965), Sérgio Nobre é o novo presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores) para o mandato 2019-2023. Foi eleito em chapa única, por unanimidade, em 10 de outubro, durante o 13º Congresso Nacional da CUT (Concut). Ele leva para a Central o reconhecido espírito de luta dos metalúrgicos do ABC paulista e está consciente da montanha de desafios que terá pela frente. Sempre trabalhou na indústria automobilística. Aos 15 anos ingressou na Scania, ainda como aprendiz do Senai, e seis anos depois foi para a Mercedes-Benz, onde sempre permaneceu. Na Mercedes, ocupou vários cargos como representante dos trabalhadores (Cipa e Comissão de Fábrica). Sua liderança o levou à coordenação do Setor Automotivo da CNM-CUT (Confederação Nacional dos Metalúrgicos) e, em 2008, à presidência do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Foi reeleito em 2011. Nos governos Lula e Dilma teve atuação marcante como representante da classe trabalhadora em negociações. É graduado em Relações Internacionais pela Fundação Santo André, turma de 2009.

Em entrevistas concedidas à im-

prensa após assumir o comando da CUT, Sérgio Nobre se mostrou um líder ponderado, mas com posições firmes frente ao difícil momento que o sindicalismo atravessa desde a reforma trabalhista de 2017, no governo Temer. Além de sepultar direitos trabalhistas conquistados ao longo dos anos, a Lei 13.467/17 eliminou a contribuição sindical. A ela se somou a Lei da Terceirização (13.429) que estendeu esse modelo de contratação para as atividades-fim das empresas, precarizando ainda mais os contratos e condições de trabalho.

As tentativas de desmonte do sindicalismo e de novas mudanças na legislação trabalhista continuaram e continuam no governo Bolsonaro, deixando Nobre com um pé atrás diante das atuais negociações para a construção de um novo modelo sindical, que garanta autonomia e sustentabilidade aos sindicatos. Mesmo considerando essas negociações um “debate fora de hora” (*Valor Econômico*, 18/10/2019), ele aceitou debater a questão com outras centrais, como Força Sindical e UGT.

Nobre conhece como poucos as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores diante do desemprego, da explosão da informalidade, da eliminação de profissões



e categorias provocada pelo avanço da tecnologia e da automação. No final do 3º trimestre, o país tinha 12,5 milhões de desempregados (11,8%) e 38,8 milhões de informais (41,4%). Não sem motivo ele considera um “desastre” o fim da política de valorização do salário mínimo anunciada pelo governo, que garantia ganhos reais aos trabalhadores. A partir de 2020, o reajuste do mínimo seguirá apenas o índice da inflação.

Em seu discurso de posse, destacou que o período de seu mandato será duro em consequência dos “ataques aos direitos que a classe trabalhadora vem sofrendo, em especial no atual governo, que só apresenta propostas de retirada de direitos sociais e trabalhistas e não tem projeto de desenvolvimento econômico, com justiça e inclusão social, e geração de emprego e renda”.

Números

Mesmo em meio à crise, a CUT mostra sua força em números. Para o 13º Concut, se inscreveram 1.957 delegados e delegadas. Desse total, 1.705 se credenciaram, sendo 968 homens e 737 mulheres. A Central tem 3.960 entidades filiadas; 7,9 milhões de trabalhadores associados; e 25,8 milhões de trabalhadores em sua base de atuação. O fim da contribuição sindical imposto pela reforma trabalhista abalou a arrecadação de todas as centrais. Na CUT, despencou de R\$ 62,2 milhões em 2017 para R\$ 3,4 milhões em 2018. E nada indica que tenha sido diferente em 2019. ■





Foto: Adonis Guerra

AVANÇO DA DIGITALIZAÇÃO CARREGA DESAFIO DE ABRIR NOVOS CAMINHOS

“Temos que discutir um mundo em que não haverá trabalho”

O “não emprego”, provocado pelo avanço da automação e da digitalização na indústria, comércio e setor de serviços, é uma das maiores preocupações de Wagner Santana, mais conhecido como Wagnão, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, berço de conquistas históricas para os trabalhadores. Wagner mostra uma simplicidade impressionante para a importância do cargo que ocupa. Aos 57 anos, funcionário da Volkswagen desde 1984, ocupou antes inúmeros cargos no sindicato (veja perfil). Em entrevista ex-

clusiva à Mundo Sindical, Wagner revela as estratégias do sindicato frente a um cenário de mudanças – criou até a Secretaria da Indústria – e lamenta a falta de políticas governamentais para reestruturação e capacitação de empresas e trabalhadores. Deixa uma crítica contundente à falta de empenho do governo federal no caso Ford. E defende de forma enfática uma ação unificada das centrais e sindicatos em defesa dos direitos dos trabalhadores e de sua sobrevivência. A única saída é coletiva, afirma. Confira

SINDICATO TEM HISTÓRIA E TEM UM PRESENTE DE LUTA

Mundo Sindical - O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC tem um passado de lutas e conquistas. Como está posicionado diante do avanço da digitalização e automação?

Wagner Santana – O sindicato tem um presente de luta e tem uma história. Essa história tem que ser constantemente revisitada. Foi o sindicato que ajudou a construir vários direitos que hoje beneficiam trabalhadores de todo o país. Um exemplo é a jornada de 40 horas semanais que conquistamos na década de 1980. A Constituição da época

determinava 48 horas, reduzidas para 44 na Constituição de 1988. É com base nessa história que ganhamos forças para continuar lutando pelas 40 horas na pauta de reivindicações dos trabalhadores nesse instante de extremo ataque aos seus direitos. Acompanhamos de perto todo o processo de reestruturação pelo qual as empresas poderão ou devem passar. Não temos ainda diagnosticado o tamanho dessas transformações que ocorrerão no Brasil em função do que chamamos de indústria 4.0 que, na

verdade, introduz a digitalização no processo de produção. E não envolve apenas a transformação de um bem em outro (a indústria), mas também todo o setor de comércio e serviços, ou seja, todas as modalidades de trabalho que podem ser influenciadas por um processo tecnológico que tende a reduzir os postos de trabalho. Muitos autores e pesquisadores dizem que serão criados novos postos. Eu acredito que serão criadas novas funções, mas que não serão suficientes para suprir todas as vagas que serão

eliminadas. Temos um exemplo claro dessa tendência no sistema financeiro. O setor bancário está se digitalizando com muita força nos últimos 10 anos. O que vemos

é redução de agências bancárias, redução de trabalhadores e predomínio do atendimento digital. Temos ali um exemplo concreto de como a digitalização elimina

postos de trabalho nos processos de produção, comércio e serviços, sem criar funções e vagas suficientes para a demanda por empregos.

SECRETARIA DA INDÚSTRIA ESTUDA TRANSFORMAÇÕES

MS – Como o sindicato está buscando novos caminhos nesse cenário nebuloso? Há participação do mundo acadêmico nesse debate?

Wagner – Neste mandato, criamos uma pasta que não tínhamos, a Secretaria da Indústria, justamente para estudar as transformações no mundo do trabalho. Você estuda o tema com as próprias empresas, entendendo suas

dificuldades, com a Academia, participando de debates, e com os trabalhadores por meio dos 70 comitês sindicais de empresas (as antigas comissões de fábrica). Nós temos empresas que já têm *know how* (sabem como fazer), têm financiamento, têm condições de sobreviver às transformações e de competir nesse novo mundo. E temos uma maioria de empresas

que podem ter vontade, mas não têm capacidade de financiamento para isso. Este é o primeiro entrave para o empresariado. Temos empresas grandes, que produzem muito, mas que provavelmente serão extintas porque não têm capacidade de investimento para concorrer neste cenário. Sem investimento não se consegue enfrentar a concorrência.

FALTAM POLÍTICAS PARA EMPRESAS E TRABALHADORES

MS – E o governo? Como vê esse cenário para as empresas e trabalhadores?

Wagner - Nós não temos uma política governamental voltada à recapacitação dessas empresas, para que consigam levar adianta as transformações de que precisam. O governo está pouco atento a essas mudanças e, ideologicamente, não tem uma decisão de que deve interferir na potencialização, na capacitação dessas empresas e no financiamento das transformações necessárias. Do

ponto de vista dos trabalhadores, também não há uma política governamental que os prepare para essa nova realidade. O que estamos vendo fora do Brasil, nos países mais desenvolvidos nesse tipo de tecnologia, é que já se preocupam com algo parecido com a proposta do ex-senador e hoje vereador paulistano Eduardo Matarazzo Suplicy (PT/S), de criação para todos de uma renda básica de cidadania. Nós temos que discutir um mundo em que não haverá trabalho, não apenas

desempregados (no Brasil, são 11,8% sem carteira assinada – 12,51 milhões de trabalhadores – ou 27% se incluídos informais, subempregados e desalentados). Será o não acesso ao emprego, o não emprego. Isso somente será possível compensar por meio de um programa de renda mínima a cargo do Estado. O Brasil não aponta para esse tipo de percepção, para esse papel social do Estado em um mundo em que boa parte dos trabalhadores não terá emprego.

Nunca mais

“Que ninguém, nunca mais, ouse duvidar da capacidade de luta dos trabalhadores”

(Frase dita por Luiz Inácio Lula da Silva na década de 1980. Está em cartaz no saguão superior interno da sede do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo)

NÃO HOUE O ESFORÇO FEDERAL PARA SALVAR A FORD

MS – Como está a negociação para a Caoa ocupar o vácuo deixado pela Ford?

Wagner - As conversas continuam, mas correm sob sigilo. O que se sabe é que a Caoa depende de empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O atual governo es-

queceu do “D” e do “S” dessa sigla. Virou um banco apenas econômico. Não houve um esforço do governo federal para dar uma solução que tem um papel social. São 2.900 trabalhadores diretamente afetados. Somados os terceirizados, são mais de 4.000 apenas na fábrica de São Bernardo, sem con-

tar as consequências na categoria, nos fornecedores que servem a mais de uma empresa. Mesmo com as dificuldades criadas por um governo que não discute com os trabalhadores e com o movimento sindical, estamos tentando fazer gestões junto ao BNDES para que ele cumpra o seu papel.

CENTRAIS DEVEM LUTAR UNIDAS FRENTE A MUDANÇAS

MS – Qual sua expectativa para 2020? Acredita em acordo governo-centrais frente às mudanças na CLT, planos econômicos e decretos que afetam os trabalhadores?

Wagner – As centrais tem somente uma saída em situações de ataque aos trabalhadores como as que enfrentamos – agir como agiram, por exemplo, em relação à reforma da Previdência, ou seja, unidas, com posicionamentos comuns frente à reforma trabalhista, à terceirização, aos pacotes econômicos como os

que estão em pauta agora e que afetam os trabalhadores como um todo. As centrais e seus representantes vêm sofrendo dois tipos de ataques: os que atingem diretamente os trabalhadores e os que atingem os sindicatos que os representam, independente da bandeira a que estejam subordinados. A única saída contra esses ataques é a unidade. Temos agora muito mais pontos em comum do que divergências para serem colocados na mesa. Desde a reforma trabalhista de

2017, cresce a percepção de que devemos deixar de lado nossas divergências. Esse é o caminho. Em seu último congresso, a CUT aprovou a discussão dos macrosetores, que apontam para a unificação de estruturas e categorias. Não podemos continuar com a acomodação que era propiciada pelo imposto sindical a 17 mil sindicatos (de trabalhadores e patronais). Hoje temos que nos tornar cada vez mais fortes com menos recursos. Esse é o desafio colocado.

SOZINHO, NENHUM SINDICATO SOBREVIVE A ATAQUES

MS – Qual sua mensagem aos líderes sindicais que olham para o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC?

Wagner – Em um país em que o que se prega é ódio, intolerância, não debate, não política, o que eu desejo é que as pessoas fa-

çam exatamente o contrário, que abandonem qualquer visão egoísta do mundo e se coloquem no lugar do outro, protegendo e ao mesmo tempo sendo protegido. Para isso, é preciso que tenhamos uma visão mais solidária e

mais disposição para lutarmos juntos por nossos direitos. A única saída que temos para construir soluções e combater os ataques a nossos direitos é coletiva. Sozinho, nenhum sindicato sobrevive a esses ataques.

O SINDICATO EM NÚMEROS

Trabalhadores na base:
70 mil (novembro 2019).

Municípios abrangidos:
São Bernardo do Campo, Diadema, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

Comitês sindicais em empresas:
70

Data-base da campanha salarial*:
setembro.

* A campanha é conduzida pela FEM-CUT (Federação de Sindicatos de Metalúrgicos da CUT do Estado de São Paulo).



Mundo Sindical



Foto: Adonis Guerra

De ponteador na Volks às lutas pelos metalúrgicos

Wagner Santana, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC desde junho de 2017, carrega no olhar uma vida de lutas pelos metalúrgicos. Nasceu em 1962 e iniciou a vida profissional em 1984, aos 22 anos, como ponteador na Volks. Logo se destacou por seu trabalho em defesa dos trabalhadores.

Exerceu mandato de representação de 1988 a 1991 e, em 1998, passou a compor a Diretoria do Sindicato. Foi coordenador do comitê sindical por três mandatos e vice-presidente do Comitê Mundial de Trabalhadores na Volkswagen de 2000-2007. Nesse período, de 2003 a 2004, acumulou a presidência nacional do Dieese. Em 2008, foi eleito secretário-geral e reeleito para as gestões 2011-2014 e 2014-2017.

Sindicato dos Oficiais Marceneiros de São Paulo

CONQUISTAS RENASCEM NO CHÃO DAS FÁBRICAS

O Sindicato dos Oficiais Marceneiros de São Paulo carrega 85 anos de lutas e conquistas, sempre com intensa participação dos trabalhadores, mesmo em períodos de crise como a que o sindicalismo enfrenta desde 2017. Esse espírito combativo lhe rendeu três intervenções – em 1934, ao ser fundado, em 1964 e em 1967. Depois de passar 39 anos na rua Florêncio de Abreu, mudou-se em 1973 para a rua das Carmelitas, 149, no coração de São Paulo, conhecida como a “Fortaleza da Sé”. Foi construída pelos associados, com contribuições ou dias de trabalho. É ampla, mas simples, e ao pisar nela respira-se a história dos artesãos italianos, espanhóis e portugueses que, entre outros, formaram o núcleo inicial do sindicato.

Determinação, garra e simplicidade marcam o atual presidente do Sindimarceneiros, Arivonaldo Galdino de Almeida *(foto)*, na categoria desde 1971, filiado desde 1978. Foi eleito presidente em 2018 para mandato de 4 anos. Sua estratégia de luta passa pelo trabalho diário junto aos trabalhadores em seus locais de trabalho, pautado pela filosofia de que é preciso caminhar unidos na “luta contra a exploração” e, ao mesmo tempo, defender a expansão e preservação das indústrias do setor. “Nossas conquistas nascem no chão das fábricas.” Arivonaldo, 63 anos, natural de Caruaru (PE), é funcionário da empresa Modali, onde, em 1987, foi indicado pelos trabalhadores para então compor a Diretoria do Sindicato. Está nele até hoje. É crítico das reformas que não geram emprego, defende a unicidade sindical e luta pela



“reeducação” dos trabalhadores frente às mudanças.

O presidente acompanha de perto o desmonte do sindicalismo e as reiteradas tentativas do governo, desde a reforma trabalhista de 2017, de retirar direitos dos trabalhadores, tanto os conquistados pelos sindicatos ao longo dos anos como os previstos na Constituição e na CLT. Ari, como é conhecido, tem na ponta da língua os números do setor. A indústria da madeira, afetada pela importação e chegada de produtos alternativos, perdeu cerca de um milhão de trabalhadores nos últimos anos – de 1,7 milhão em 2010 para 700 mil atualmente. Entre as grandes, com mais de 400 empregados, Ari cita a falência da Latelier, Italma, Novo Rumo, Mobilínea e Giroflex. Em paralelo, o Sindimarceneiros também ficou menor, sentindo ainda os efeitos do avanço da tecnologia e da automação. Hoje, de

modo geral, excetuando-se a perícia exigida dos montadores de móveis, os marceneiros viraram operadores de máquinas. O sindicato estava presente em 2.700 empresas em 2010. Hoje está em 1.470 nos 13 municípios de sua base (além da capital, Osasco, Taubão da Serra, Itapeceira da Serra, Embu-Guaçu, Embu, Juquitiba, Caieiras, Franco da Rocha, Francisco Morato, Mairiporã, Atibaia e Bom Jesus dos Perdões). Reunia 20 mil trabalhadores em 2015. Hoje são 7 mil, 5 mil deles associados, que contribuem com 1,5% de seu salário mensal para a manutenção do sindicato. O grande número de benefícios oferecidos, incluindo assistência jurídica, atendimento médico e odontológico e colônia de férias, garante a fidelidade dos associados; apenas 341 se opuseram, no prazo de 10 dias, à contribuição assistencial após a última Assembleia Coletiva. Mesmo assim, para se manter ativo, o Sindimarceneiros precisou reduzir custos, incluindo corte de funcionários e venda de seus 10 veículos. Mas, ao contrário de outros sindicatos, não abre mão de sua sede. A “Fortaleza da Sé” é considerada intocável, memória viva de 85 anos de lutas. Há expectativa de novos empregos, puxados pela esperada retomada da construção civil.

ACORDO SALARIAL 2019/2020

* Aumento de 3% (levemente superior aos 2,92% de INPC de outubro/2018 a setembro/2019).

* Renovação de todos os benefícios da convenção coletiva anterior (cesta básica, auxílio alimentação, café da manhã etc.);

também foi mantido o direito de o trabalhador demitido, se quiser, fazer homologação no sindicato.

* PLR (Participação nos Lucros e Resultados): R\$ 750,00 (mais que o dobro do oferecido inicialmente pelo patronato). ■

Sindicato dos Eletricitários de São Paulo

74 ANOS DE LUTAS E CONQUISTAS

Organização, determinação, trabalho permanente junto às bases, transparência e assistência aos 20 mil sindicalizados ativos e aposentados – este é o Sindicato dos Eletricitários de São Paulo (STIEESP). São marcas sentidas ao se pisar no prédio-sede da rua Thomaz Gonzaga, 50, no bairro da Liberdade, na capital. Seu presidente, Eduardo de Vasconcellos Correia Annunziato, mais conhecido como Chicão, carrega o espírito de luta que marca a história do sindicato desde a fundação, em 1945. Existe crise, sim. Mas, acima de tudo, existe coragem para encará-la e superá-la.

*Chicão (apelido recebido na juventude por sua estatura física durante trote em escola do Senai) concedeu entrevista exclusiva à **Mundo Sindical** em 13/11. Estava marcada para as 10h. Ele che-*

palavras, e sim de atitudes”.

E assim foi ao longo de 74 anos – uma trajetória de conquistas de mais direitos para os eletricitários, como no caso do Adicional de Periculosidade, e de direitos depois estendidos a todos os trabalhadores do país. O STIEESP foi o precursor do 13º salário, além de contribuir ativamente nos projetos de férias de 30 dias e gratificação de férias.

Na entrevista, Chicão fala das lutas da categoria, de sua força,

gou pouco antes do meio-dia. Havia sido chamado às pressas por funcionários de uma empresa da zona Sul de São Paulo, ameaçados de demissão. Não podia ser diferente. As demandas dos associados estão em primeiro lugar. Chicão está no 2º mandato, até 2023. Ao assumir pela primeira vez a presidência, em 2015, afirmou que “sindicalismo de verdade não pode ser feito de

do desmonte atual do sindicalismo, da retirada de direitos trabalhistas, das privatizações, incluindo agora a da Eletrobras, e da necessidade de união das centrais sindicais diante das mudanças. Seu sonho: montar o mercado do trabalhador, para vender produtos a preço de custo.

COMO CATEGORIA ESSENCIAL, NEGOCIAÇÕES SÃO DIFÍCEIS

Mundo Sindical – Os eletricitários formam uma categoria essencial e diferenciada, com grande responsabilidade. Como é, nessa condição, lutar por mais benefícios?

Chicão – Agradeço a pergunta. Na verdade, é mais difícil do que se pode imaginar. A gente acredita que, quando a categoria é essencial, teria mais facilidade

de obter ganhos para a classe. Não é verdade. Primeiro, há o impeditivo da lei. Por ser categoria essencial, o nosso direito de greve tem regras mais específicas. Quando você vai puxar uma greve para pressionar o outro lado, muitas vezes, pela essencialidade da categoria, a Justiça se volta contra, a opinião públi-

ca se volta contra. Utilizam essa característica da categoria para nos pressionar, enquanto entidade, para não fazer os movimentos paredistas. Fazemos, quando necessário, mas não é a ferramenta inicial de nossa luta. Tentamos negociar, acirrar a discussão. Quem conhece a seriedade do STIEESP sabe que nós discuti-

mos e aprofundamos a discussão na mesa de negociação, mas, se a empresa passar do ponto na retirada de direitos, aí vamos para o movimento paredista. Aí, doa a quem doer. Pagamos multas se tivermos que pagar, brigamos com todo mundo se tivermos que parar. Mas, diferentemente do que as pessoas pensam, a questão da essencialidade não facilita nossa vida. Dificulta.

MS – Desde a década de 70, quando liderou a 1ª greve, o sindicato pas-

sou por grandes transformações...

Chicão – Naquela época havia apenas cinco empresas no setor – Light, CPFL, Cesp, Furnas (Eletrobras) e Cermc (Mogi das Cruzes). Foi o período em que o ex-ministro Antonio Rogério Magri se destacou no movimento sindical (foi presidente do STIEESP de 1978 a 1990). Hoje são 282 empresas e 1.574 locais de trabalho a serem visitados pela diretoria em 109 municípios. Some-se a isso o fato de a categoria, por essencial, trabalhar 24 horas (três turnos).

Temos hoje 70 diretores, mas apenas 25 liberados para o trabalho do sindicato. É necessária muita organização, muito trabalho. Toda a negociação com as empresas para fechamento de acordos coletivos – ou da convenção coletiva no caso das terceirizadas – sempre começa 120 dias antes da data-base, com a entrega da pauta de reivindicações. São 26 mil acordos coletivos fechados por ano no Brasil por 11 mil sindicatos. O nosso responde por mais de 1% deles (282, mais uma convenção).

POLÍTICAS DO GOVERNO SÃO DESTRUTIVAS, ENTREGUISTAS

MS – Qual sua análise das atuais políticas governamentais de desmonte do sindicalismo e de retirada de direitos dos trabalhadores?

Chicão – Só há uma palavra que resume essas políticas: destrutivas, extremamente destrutivas. Não são construtivas para a nação, para o povo, para nada. Carregam elementos coloniais. Este governo é como uma bomba de efeito moral. Não constrói nada. Desorganiza para depois buscar uma reorganização, sabe-se lá a serviço de quem. Foi lamber botas dos Estados Unidos, não deu certo; foi lamber botas da China, da Europa. Na verdade, é um governo entreguista. Ele sabe que o movimento sindical é o escudo, a barreira para impedir a entrega do patrimônio público. No caso de nossa categoria, um patrimônio essencial. Envolve o direito de águas quando se trata de geração de energia elétrica. E não apenas na venda da energia, mas no represamento da água e na propriedade das barragens. Envolve a soberania nacional sobre

os recursos hídricos, vitais para a sobrevivência da população brasileira. O governo diz que estatal no Brasil não funciona. Mas sabemos que são estatais estrangeiras as maiores empresas que compram nossas estatais. Em nosso setor, a Enel é estatal italiana; a EDP é estatal portuguesa; a Isa Ceteep é estatal colombiana; a Elektro tem como controladora uma estatal espanhola; a CTG e a State Grid são estatais chinesas. Ou seja, temos estatais estrangeiras adquirindo as concessões públicas brasileiras, dando aqui o viés de que são empresas privadas. Mas as matrizes são estatais. Por que a Enel pagou pela Eletropaulo R\$ 3 bilhões a mais do que a empresa valia no mercado? A resposta que obtive: Nós não estamos interessados apenas no negócio de energia. Estamos interessados no mercado que essa empresa abrange e no que importa – transformadores, medidores, cabos e até se fala em postes, aquecendo a siderurgia e a economia no país de origem, geran-

do empregos lá. Nós viramos apenas compradores do exterior, reduzindo a produção aqui. É um ataque à soberania nacional. É a entrega de empresas estratégicas, que um governo inteligente usaria para estimular a indústria nacional e o emprego nos diversos Estados da Federação. Tudo isso sem levar em conta os dividendos remetidos por essas estatais estrangeiras a suas matrizes no exterior. E vejam que o que ocorre no setor de energia está ocorrendo em outros setores estratégicos – petróleo, gás, água, Embraer e fala-se agora até na área de saneamento. É nossa tecnologia sendo entregue a preço de banana. Este governo é temerário e destrutivo para a nação. Na área dos direitos trabalhistas, a estratégia de desmonte iniciada no governo Temer está mantida no governo Bolsonaro. É uma estratégia de enriquecimento das empresas, apoiada por alguns Estados, com consequente empobrecimento da nação como um todo.

CENTRAIS TÊM QUE PARAR COM DISPUTAS POR ESPAÇO

MS – O desmonte do sindicalismo está inserido nessa estratégia? Acredita em acordo do governo com as centrais e no Congresso para criar nova legislação?

Chicão – Para o governo, o desmonte é fundamental. Como uma

bomba de efeito moral, busca desorganizar os últimos grupos organizados que existem no movimento sindical, última barreira de defesa do povo brasileiro e da classe trabalhadora. A ordem é desarticular quem enfrenta o go-

verno. Nessa estratégia se insere a tentativa de desarticulação financeira com a MP 873 e agora com a reforma sindical. É tática militar. Dividir para dominar. Esse é o espírito da pluralidade sindical. Em relação às tentativas

de negociar nova legislação, acho que as centrais estão errando na mão. Quem faz as leis é o Parlamento. Não podemos confundir o Parlamento com o movimento sindical. E está havendo essa confusão. Parece que o movimento sindical está querendo fazer uma política de redução de danos no trabalho sindical. O papel dos sindicatos é fazer pressão para que os parlamentares que nos representam defendam essa política no Congresso. O movimento sindical precisa se unir. Está muito fragmentado, como mostram a PEC 196/2019 negociada por um grupo de centrais sindicais e o PL 5552/19, negociado por outras, ambos apresentados ao Congresso. Um grupo de centrais não pode atacar outro grupo de centrais. O movimento é da classe trabalhadora, que ao final deverá apoiar o que for melhor para ela. Está faltando uma nova Conclat (Conferência Nacional

das Classes trabalhadoras, como a realizada nos dias 21, 22 e 23 de agosto de 1981), para uma discussão una e um movimento com bandeira unificada. As centrais entraram na esparrela da disputa por espaço sindical – quem tem mais sindicatos, que consegue mais representatividade. O cachimbo entorta a boca. Não estão conseguindo dar um paço atrás e olhar a unidade da classe para resolver os problemas. As centrais têm que fazer a lição de casa e parar com a disputa entre elas, discutindo uma política única, ou marchando separadas, mas com objetivo único. Elas têm que sair de dentro do Parlamento e ir para a rua, às bases, falar com os trabalhadores, mostrar a eles as cortinas de fumaça criadas em volta deles, as sucessivas legislações prejudiciais. Hoje há trabalhador falando bem da reforma da Previdência, acreditando ser benéfica, quando

destrói seu benefício. Sabemos que essa reforma veio para garantir dinheiro para pagar dívida pública para bancos. Ninguém discutiu a redução da dívida. Esse e outros pontos devem ser explicados aos trabalhadores, para que eles percebam a realidade dos fatos. Esse é também o espírito da MP 905/19. Veio com a falsa narrativa de que vai criar emprego para jovens de 18 a 29 anos. Não vai, como não gerou empregos a reforma trabalhista de 2017. Temos um governo doente, toco, envolvido por interesses empresariais. Sob a narrativa de criação de empregos, Rogério Marinho (secretário de Previdência e Trabalho) enxertou na MP 905 uma nova reforma trabalhista danosa e prejudicial. É um governo que tem tudo para dar errado. Não torço para isso. Torço para que dê certo. Mas está impregnado por interesses escusos.



Presidente Eduardo de Vasconcellos Correia Annuciato (Chicão) comanda assembleia na sede do sindicato

NOVA PREVIDÊNCIA AMEAÇA APOSENTADORIA ESPECIAL

MS – O eletricitário é uma das profissões mais perigosas. Como a categoria está incluída no Regime Especial da Previdência? Foi afetada pela reforma?

Chicão – Em termos de periculosidade, só perdemos para as-

tronautas, mergulhadores de profundidade e estamos no nível de risco dos bombeiros. Fomos afetados diretamente pela reforma. Como foi promulgada, retirou o direito à aposentadoria especial. Mas houve um movi-

mento articulado e apoiado pelos senadores Paulo Paim (PT/RS) e Randolfe Rodrigues (Rede Sustentabilidade/AP) para que esse direito fosse restabelecido na PEC paralela já aprovada no Senado. Fomos a Brasília com

dois ônibus lotados de dirigentes e entregamos um dossiê com provas de nosso trabalho de risco, incluindo fotos de aci-

dentos, a cada um dos 81 senadores, para que lembrassem de nossa situação na hora do voto. Além da aposentadoria especial,

no entanto, há risco de perda de outros benefícios no processo de regulamentação da reforma. A luta continua.

PRIVATIZAR ESTATAIS É ATESTADO DE INCOMPETÊNCIA

MS – Como vê a decisão do governo de privatizar a Eletrobras?

Chicão – Não se justifica qualquer privatização. A privatização é um atestado de incompetência governamental. Qualquer empresa – e a Eletrobras é extremamente lucrativa e funcional – tem custo de operação, ativos imobilizados e reservas para eventualidades. A composição orçamentária é a mesma em empresa estatal ou privada. Não muda nada. Qual o diferencial? Uma estatal, particularmente em serviços essenciais, não requer lucro. Tem que prestar bons serviços e o custo da operação pago pela população deve remunerar o ativo, a manutenção e o funcionamento. Quando entra o setor privado, além de tudo isso, há o fator lucro, o

dividendo que tem que ser distribuído aos compradores. A lógica da privatização é: vai ficar mais caro qualquer serviço prestado por empresa privatizada. Não é problema de gestão. Tanto é que os profissionais de mercado das estatais permanecem, em geral, na empresa após a privatização. Isso ocorre desde as privatizações feitas no governo Fernando Henrique Cardoso. Não muda nada. Só muda o topo da pirâmide. Sai o governo, entra o interesse privado, encarecendo, por conta do lucro, o produto final e, muitas vezes, precarizando os ganhos dos trabalhadores em nome de um lucro ainda maior. Sai o compromisso com o Estado, com a população; entra o compromisso com o acionista. É

preciso abrir os olhos. Os liberais tentam contra-argumentar com o exemplo das privatizações no setor de telecomunicações. Que fique claro. Os serviços prestados pelas teles não melhoraram por conta das privatizações, mas por conta da chegada de novas tecnologias, que ao eliminar cabeamentos e fios reduziram os custos das empresas e modernizaram os serviços. Mesmo assim, a telefonia continua extremamente cara para o consumidor. A lógica é a mesma para as demais empresas estatais privatizadas, mesmo onde o avanço da tecnologia é menor, como no setor elétrico. O aumento das tarifas de energia elétrica foi de 275% acima da inflação após as privatizações.

MAIOR SONHO É MONTAR O MERCADO DO TRABALHADOR

MS – Qual seu maior sonho para os próximos três anos de mandato?

Chicão – Meu maior sonho é modernizar nossa estrutura, hoje muito pesada. Será uma decisão histórica. Talvez até tenhamos que vender a sede do sindicato. Com os recursos, meu sonho é montar o mercado do trabalhador, onde os produtos serão vendidos a preços de custo. Hoje, quando o trabalhador gasta R\$ 1.000,00 em compras deixa 30% desse valor para o mercado. A ideia é vender o produto pelo preço da nota fiscal de compra, com o sindicato absorvendo o custo da mão de obra que toca o mercado. É um projeto que vem sendo idealizado há quatro anos para aliviar o custo de vida dos trabalhadores. Outra bandeira é a do passe livre. Hoje, o trabalhador deixa 1/4 do seu salário no transporte e 1/3 na alimentação. Proponho ainda energia gratuita – tarifa zero – para consumo fa-

miliar até 150 quilowatts mensais. É uma proposta que ainda requer estudos. Todos esses são itens que abalam as finanças de uma família. Devem ser as bandeiras sociais do movimento trabalhista. Por fim, na luta pela conquista de mais benefícios trabalhistas para todos os eletricitários, trabalho para fechar a boca do jacaré. Ou seja: para ten-

tar aproximar o máximo possível os ganhos e benefícios dos que trabalham nas 282 empresas concessionárias – com as quais fechamos acordos coletivos – com os ganhos e benefícios dos que trabalham em empresas terceirizadas, com as quais é fechada a convenção coletiva. É preciso estreitar a boca do jacaré, aproximar ganhos.

STIEESP EM NÚMEROS- 2019

Trabalhadores eletricitários: 48.000

Trabalhadores sindicalizados ativos: 7.725

Trabalhadores sindicalizados aposentados: 12.015

Empresas representadas: 282

Locais de trabalho: 1.574

Acordos coletivos: 282

Convenção coletiva: 1 (com as terceirizadas)

Municípios em que há bases de eletricitários: 109

Média do piso salarial: R\$ 1.600,00

Média de reajuste salarial em 2019: 4,78% (Índices INPC / IPCA)

“EM GUERRA” RETRATA OS DESAFIOS DE SINDICATOS

***Clemente Ganz Lúcio**

Os acionistas decidiram fechar uma unidade francesa da fábrica alemã Perrin Industrie. Há dois anos, um acordo foi fechado entre a empresa e os sindicatos dos trabalhadores, o que implicou no aumento de jornada de trabalho e da produção sem aumento dos salários, mas com o compromisso de se preservar os empregos. Os trabalhadores cumpriram o acordo. Os acionistas queriam mais lucro e descobriram que ganharão (eles, os acionistas) muito mais se fecharem a fábrica. Assim começa “Em Guerra”, filme dirigido por Stéphane Brizé.

São quase duas horas de luta sindical, debates e negociação. A cada instante, “a nova empresa” se faz presente, com os interesses dos novos proprietários (os acionistas), ocultos e invisíveis, presentes por meio dos diretores e CEO mundial e também pelos “cabeças de planilha”, assessores e diretores, com seus ternos e takers, olhos vidrados e o discurso da inevitabilidade dos dados: não atingimos as metas, os acionistas esperavam melhores resultados - e aquela cara de enfado. Humanos, nada mais do que humanos.

Os trabalhadores lutam. Param. A greve se estende e o processo vai sendo contado por uma câmera que permanece atenta aos detalhes.

São três sindicatos organizados na base da empresa (CGT, FO e Independentes), cada um com seus debates, escolhas e enfrentamentos internos. Atuam e as situações vão revelando que o pensamento estratégico exige trabalhar com múltiplas alternativas situacionais.

O filme “Em Guerra” é a expressão política do conflito social em decorrência dos interesses econômicos anta-

gônicos. O poder do dinheiro e a ganância pelo acúmulo de riqueza financeira como valores primordiais fazem a cara desse novo mundo produtivo. Conhecê-lo é tarefa para todo dirigente sindical; compreendê-lo é uma exigência para quem quer ter efetividade sindical; enfrentá-lo é dever de quem busca uma sociedade justa e defende os interesses dos trabalhadores.

“Em Guerra” apresenta muitos dos elementos que hoje compõem os desafios do novo sindicalismo. Quem quer pensar sobre o futuro dos sindicatos e busca construir o sindicato do futuro tem a obrigação de assistir a esse filme; talvez, várias vezes, para aprofundar os detalhes.

O diálogo e a negociação estão presentes o tempo todo nas estratégias sindicais, mas sua base está assentada na organização e na mobilização dos trabalhadores, e

tão fundamental quanto, na unidade inquebrantável de um lado, e na disponibilidade do outro lado.

“Em Guerra” luta pela paz de quem quer ter o emprego para prosperar na vida cotidiana pagando suas contas, comprando a comida e vivendo de maneira decente. Isso não é óbvio e

está em desuso. Nesse novo mundo, competir para ter mais para ficar rico ou milionário é um valor que subordina todo o resto.

Há decisões radicais para que o diálogo volte a se estabelecer. Há decisões radicais que abrem novas possibilidades de futuro. Abra uma nova janela para o futuro do sindicalismo: assista “Em Guerra”!

***Clemente Ganz Lúcio**

é sociólogo e diretor técnico do DIEESE

“ Neste novo mundo, competir para ter mais subordina todo o resto ”





Trabalhador metalúrgico, católico e combatente, Santo Dias foi baleado pelas costas por um PM em 30 de outubro de 1979, durante a ditadura militar. Estava participando de piquete de greve diante da Sylvânia, em São Paulo. Sua morte provocou indignação e reuniu 30 mil pessoas em seu funeral. Ele representou e ainda representa a união do movimento sindical brasileiro na luta em defesa dos direitos dos trabalhadores. Os 40 anos de sua morte foram lembrados em 28/10 em homenagem promovida pelas centrais sindicais e Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes.

Jovem ganha menos

Indústrias de produtos alimentícios e de bebidas registraram juntas saldo de 8 mil contratações entre outubro/2018 e setembro/2019. Foram 616 mil admissões celetistas e 608 mil desligamentos. Santa Catarina teve o maior saldo (7 mil), seguida por Minas Gerais (5 mil). O saldo positivo do setor foi puxado pelas admissões de jovens de até 29 anos. Nessa faixa, o saldo foi de 52 mil empregos. Na faixa de 30 anos ou mais, o saldo foi negativo em 44 mil. Houve redução de salários no setor. Enquanto o salário médio de admissão dos jovens até 29 anos foi de R\$ 1.302, o salário médio dos demitidos com 30 anos estava em R\$ 1.646. *(Fonte: Dieese)*



Pretos e pardos...

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE, divulgada em 16/10, confirmou que a desigualdade salarial entre brancos e negros ainda é gritante. De acordo com a pesquisa, em 2018, trabalhadores brancos receberam cerca de 75% a mais do que os pretos e pardos. Os brancos receberam, em média, R\$ 2.897, enquanto pretos e pardos tinham rendimentos de R\$ 1.636 e R\$ 1.659, respectivamente. O estudo também mostra que, de 2017 para cá, pouco foi feito para mudar esse cenário, já que a diferença salarial entre os dois anos permaneceu estagnada. *(Fonte: IBGE)*

Greves na saúde

O Sistema de Acompanhamento de Greves do Dieese registrou, de setembro de 2018 a agosto de 2019, 147 paralisações entre profissionais da saúde - médicos, enfermeiros ou técnicos de enfermagem. Em 55% dos casos, as greves ocorreram em hospitais privados ou em unidades administradas por Organizações Sociais; e em 44%, nas unidades de saúde administradas pelo poder público. É recente essa predominância das greves na saúde privada, realizadas principalmente por trabalhadores celetistas. Uma das causas pode ser o aumento da terceirização da gestão das unidades de saúde e a consequente modificação do vínculo empregatício dos profissionais. *(Fonte: SAG-Dieese)*

Cesta básica

Quem ganha salário mínimo precisou, em setembro, trabalhar em média 88 horas e 25 minutos para comprar os produtos da cesta, gastando 43,6% do salário mínimo líquido. Entre agosto e setembro de 2019, o valor da cesta básica diminuiu em 16 das 17 capitais pesquisadas. A exceção foi Recife. Os produtos com redução de preço foram: tomate, batata, feijão e café em pó. O óleo de soja e a banana apresentaram elevação de preço. A eletricidade teve alta de 6,06% nos últimos 12 meses encerrados em setembro, batendo a taxa de inflação do período, que ficou em 2,47%. *(Fonte: Dieese)*



PRECISA DE UM SITE NOVO OU UM SISTEMA PRA O SEU SINDICATO?



Sites e Sistemas atuais
Design moderno
Tecnologia de ponta
Fácil manutenção



Facilitam o
contato com
associados
e clientes



Prático e
com maiores
resultados
nas buscas

NÓS PODEMOS AJUDAR!



5533-2001 (São Paulo)
0800 771 1971 (outras localidades)

www.easysystem.com.br